

Assembleia histórica deflagra greve dos docentes na Ufam



Quase 600 professores em Manaus e nas unidades acadêmicas de fora da sede participaram da Assembleia e deliberaram, em sua maioria, pela deflagração da greve da categoria a partir de 15 de junho.
Página 6 e 7

■ SUCATEAMENTO

Centenas de alunos sem aula antes da greve

Levantamento feito pela reportagem da Adua até o dia 8 de maio dá conta que um mês após o início do período letivo, centenas de estudantes da Ufam continuavam sem aula, em pelo menos uma disciplina, em virtude da falta de professor. **Página 5**

■ MEC

Docentes federais deflagram greve por tempo indeterminado após tentativas frustradas de diálogo



Após várias rodadas de Assembleia Gerais, nos últimos dois meses, professores de 18 Instituições Federais de Ensino (IFE) deflagraram no dia 28 de maio greve por tempo indeterminado. Levantamento feito até o dia 22 de junho mostra que a adesão à paralisação aumentou, passando para 35 universidades.

Página 3

■ DIREITOS

Ufam vivencia mês de mobilizações em maio

Página 4

■ LEGALIDADE

Reitoria reconhece greve "legal e legítima"

Página 5

A Ufam está em greve. No último dia 09 de junho os docentes da Ufam realizaram uma Assembleia histórica. Na maior Assembleia Geral da ADUA em seus 35 anos de luta em defesa do ensino público, os professores deliberaram pela greve. Com 292 votos a favor da deflagração de greve, 271 votos contrários e 04 abstenções, dos 567 votos válidos nas Assembleias Gerais nos seis campi da Ufam, a greve foi deflagrada em nossa Universidade. A greve na Ufam acompanha o movimento que a cada dia mais se amplia. No dia 23 de junho já eram 35 IFES em greve, em 21 estados do país, números que indicam claramente o clima de descontentamento dos docentes contra o processo de desmonte do ensino público e de precarização das condições de trabalho imposta pelo governo federal em nome do famigerado “corte orçamentário”, que corrói os recursos destinados à Educação. Além da paralisação dos professores, a greve dos técnico-administrativos já atinge 53 instituições em todo o país e cresce a mobilização dos estudantes em defesa da Universidade Pública. A Universidade Pública está parada. Aliás, há tempo as universidades públicas brasileiras estão paradas. Paralisadas pela redução de recursos, paralisadas pela falta de professores, paralisadas pela não realização de concursos públicos para a reposição de vagas docentes. Paralisações crônicas

que apesar de inaceitáveis já foram, inexplicavelmente, institucionalizadas como habituais e incorporadas ao dia a dia da Universidade. A alimentar as nossas expectativas, dois fatos novos surgidos nas últimas semanas de junho podem ser registrados. No cenário nacional, o agendamento pelo MEC de reunião com o ANDES-SN, no dia 23, o que parece acenar uma abertura de negociações há tempo reivindicada pelo nosso sindicato. (No fechamento desta edição, não conhecíamos ainda seus resultados). No cenário local, o convite pela Reitoria da Ufam à Diretoria da ADUA para discutir os encaminhamentos da reunião do Conselho Universitário (CONSUNI), solicitada por nosso movimento grevista para deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico. Ainda que, ao nosso ver tardia, esta reunião marca o começo de diálogo da Administração da Ufam com o movimento grevista. Nesta reunião, ocorrida no dia 22, a professora Márcia Perales e o professor Heraldo Lima afirmaram o entendimento da Reitoria de que a greve é “legal” e “legítima”. Entendimento que, aliás, não poderia ser outro, uma vez que a greve foi deliberada em Assembleia regimentalmente convocada e aprovada por maioria de votos. E mais, porque não tendo sido questionada oficialmente através de nenhuma instância legal, atribuir ilegalidade à Assembleia é procurar desculpas para o fato indesculpável de não

acatar o resultado legítimo de um processo democrático. Outro ponto que chama atenção do movimento docente em greve é a firmeza da Reitoria ao afirmar a impossibilidade de que o calendário acadêmico venha a ser validado com apenas 75% das atividades realizadas, como defendem certos professores que continuam a dar aulas. Como enfaticamente assinalado pelos membros da Reitoria, o calendário acadêmico tem que ser cumprido em sua totalidade, com 100 dias de aula, não sendo permitida a validação de disciplinas que não perfaçam o total de 100% da carga horária prevista. Resta-nos esperar que o bom senso esteja presente na próxima reunião do CONSUNI, orientando as decisões de seus Conselheiros no sentido de adotar os encaminhamentos mais favoráveis à nossa instituição. Para o movimento docente em greve, qualquer decisão do CONSUNI que venha a estabelecer dois calendários acadêmicos significa instaurar o caos na UFAM. E, se este for o cenário construído pela próxima reunião do CONSUNI, de quem será a responsabilidade? A expectativa de todos os docentes em greve é que, mais do que apenas no discurso retórico, todos que compõem a comunidade acadêmica se empenhem na defesa da Universidade Pública e, em particular, se dediquem de maneira radical e empenhada ao fortalecimento da Ufam.

Notas

Silêncio ensurdecedor na universidade

O corte de gastos do governo federal no início do ano afetou principalmente a Educação. Com quase R\$ 10 bilhões a menos no orçamento do Ministério da Educação (MEC), a “Pátria Educadora” tem sentido os efeitos: bloqueio de um terço das verbas das universidades federais. Com isso, servidores e alunos de várias instituições estão sendo prejudicados pela economia do governo. Corte de bolsas, falta de materiais, limitação em pesquisas e extensão e salário estagnado dos docentes e técnicos são alguns dos problemas que as universidades vêm enfrentando. Os trabalhadores terceirizados também vêm sofrendo os impactos da crise. Gestores de várias instituições já se manifestaram sobre o problema. A ADUA questionou a Reitoria sobre os impactos diretos na Ufam do corte feito pelo governo, mas, até agora, o silêncio é ensurdecedor.

Investimento não garante rendimento

Levantamento realizado pelo IAB-Dados, do Instituto Alfa e Beto, e publicado em abril deste ano, mostra que não há correlação entre o investimento por aluno nas redes estaduais e as médias verificadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o estudo, o Distrito Federal é a unidade da federação com maior investimento anual por aluno: R\$ 14.633. O valor supera em 116% o que é gasto em São Paulo e em 191% o registrado em Minas Gerais. Porém, os resultados entre os estados são muito próximos em relação as médias dos alunos no Enem. São Paulo apresenta a maior nota, o Distrito Federal é o terceiro, e Minas, o quarto. No outro extremo, há também estados com alto gasto (caso do Amazonas, o terceiro que mais investe por aluno e apenas o 23º em desempenho) e médias baixas.

“Pátria Educadora” sem PNE

Elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), o documento “Pátria Educadora: A Qualificação

do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional” terá que ser modificado para que possa ser implementado no país, segundo entidades que atuam no setor. Especialistas afirmam que o texto deixou de fora informações e metas da base do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado no ano passado, sem vetos, por Dilma. “Que lugar esse documento ocupa na política nacional de educação?”, questiona a coordenadora-geral do movimento Todos pela Educação, Alejandra Velasco. É de causar estranheza!

Cantina da Ufam é lacrada

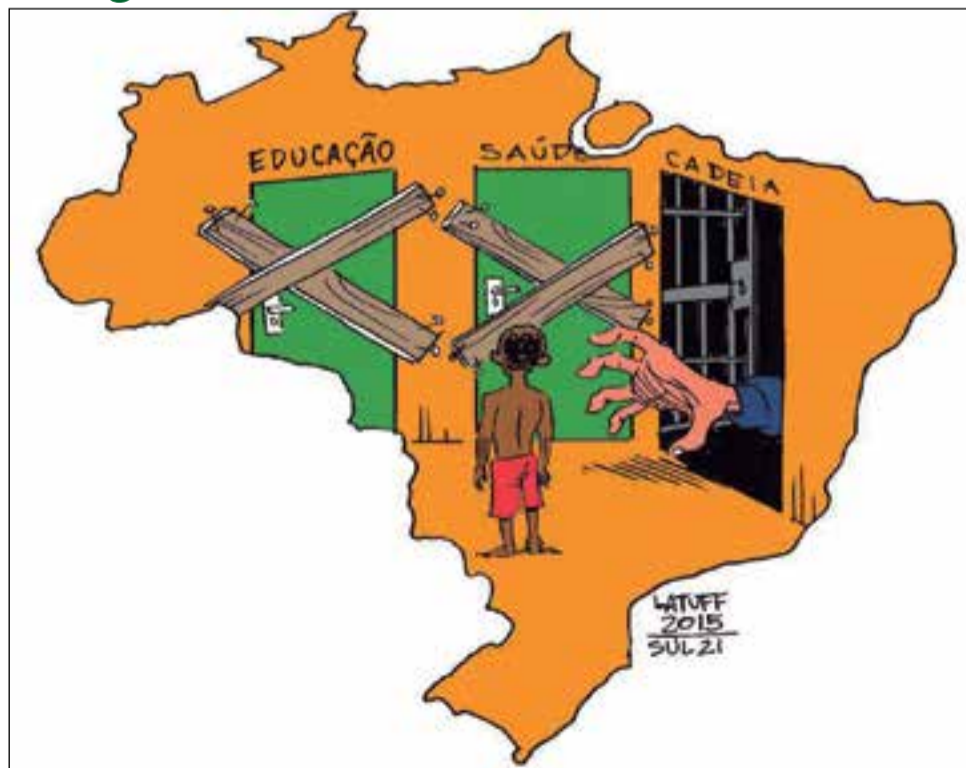
A Equipe de Vigilância do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) interditou o restaurante MD Fagundes, na Ufam, por falta de condições sanitárias. O empreendimento funcionava no hall da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), no setor Sul do Campus Universi-

tário. Durante inspeção realizada no dia 7 de abril fiscais encontraram vários produtos vencidos e condições sanitárias inadequadas para o armazenamento e oferta dos itens alimentícios. Hambúrgueres estragados, pães com bolor e salgadinhos sem procedência foram algumas das irregularidades encontradas pelos fiscais. Estamos de olho!

Nota de Pesar

Membro do corpo docente da Ufam desde 1966, o professor doutor do Departamento de Matemática, Ivan de Azevedo Tribuzy faleceu no último dia 14 de junho. Durante o ato de deflagração da greve dos professores da instituição, a categoria fez um minuto de silêncio em homenagem à memória de Tribuzy. Com 76 anos de idade, o saudoso docente era doutor em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2º Tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), ANDES-SN, Adufrj e Blog O Dia

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra e Comando Local de Greve

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

■ Movimento Paredista

Professores federais deflagram greve

Foto: ADUFPA

Após mais de um ano tentando, sem sucesso, estabelecer diálogo com o governo federal para discutir a pauta de reivindicações da categoria e depois de várias rodadas de Assembleia Gerais nos últimos dois meses, professores de 18 Instituições Federais de Ensino (IFE) deflagraram no dia 28 de maio greve por tempo indeterminado. Levantamento feito até o dia 19 de junho mostra que a adesão à paralisação aumentou, passando para 35 universidades (confira na tabela). O movimento paredista tende a crescer nos próximos dias, até que o Ministério da Educação (MEC) abra efetivo canal de negociação e responda às demandas dos docentes. O órgão já sentiu a pressão e agendou reunião para o fim de junho.

O Comando Nacional de Greve (CNG) dos Docentes das IFE está instalado na sede do ANDES-SN, em Brasília, e é composto por delegados das seções sindicais das instituições de ensino que deflagraram o movimento paredista. “O comando tem a função de promover a unidade nacional dos professores em greve, incentivando e acolhendo as decisões de base, da mobilização em nível nacional, para que a paralisação se consolide em todas as universidades. O CNG discutirá quais atividades que serão desenvolvidas para ampliar a mobilização e a pressão junto ao governo, para forçar a

abertura de negociações”, explicou o presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo.

Rizzo recorda que a última reunião de negociação entre o ANDES-SN e o MEC, antes da categoria sinalizar a deflagração da greve nacional, aconteceu em abril de 2014, quando o processo foi suspenso unilateralmente pelo governo. Após o anúncio da aprovação do movimento paredista, o Sindicato Nacional teve a grata surpresa de receber o convite do Ministério da Educação para uma reunião de última hora, no dia 22 de maio.

A expectativa não durou muito: os representantes da pasta não apresentaram nenhuma resposta à pauta dos docentes (confira no box) e ainda negaram o acordo que havia sido firmado entre a Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu/MEC) e a entidade no ano passado, acerca de pontos conceituais da carreira do professor federal.

O presidente do Sindicato Nacional ressalta que a greve foi o último recurso encontrado pelos docentes para pressionar o governo federal a ampliar os investimentos públicos para a educação pública e dar respostas ao total descaso do Executivo frente à profunda precarização das condições de trabalho e de ensino nas Instituições Públicas Federais, muitas das quais já estão impossibilitadas de funcionar por falta de técnicos, docentes e estrutura adequada.



QUADRO DAS IFES QUE DEFLAGRAM GREVE*

- 01 – ADUFAC – Universidade Federal do Acre
- 02 – ADUA – Universidade Federal do Amazonas
- 03 – SINDUFAP – Universidade Federal do Amapá
- 04 – ADUFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
- 05 – ADUFPA – Universidade Federal do Pará
- 06 – SINDUNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
- 07 – ADUFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
- 08 – ADUNIR – Universidade Federal de Rondônia
- 09 – SESDUF-RR - Universidade Federal de Roraima
- 10 – SESDUFT – Universidade Federal de Tocantins
- 11 – SINDIFPI – Instituto Federal do Piauí
- 12 – ADUFERSA – Universidade Federal Rural do Semiárido
- 13 – ADUFAL – Universidade Federal de Alagoas
- 14 – ADUFS – Universidade Federal de Sergipe
- 15 – ADUFPB – Universidade Federal da Paraíba
- 16 – SINDUNIVASF – Universidade do Vale do São Francisco
- 17 – APUB – Universidade Federal da Bahia
- 18 – APUR – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- 19 – ADUFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
- 20 – APRUMA – Universidade Federal do Maranhã
- 21 – ADUFCEG – Universidade Federal de Campina Grande
- 22 – ADUFCG-PATOS – Universidade Federal de Campina Grande - Patos
- 23 – ADUC – Universidade Federal de Campina Grande - Cajazeiras
- 24 – ADUFMAT – Universidade Federal do Mato Grosso
- 25 – ADUFMAT-Rondonópolis – Univ. F. do Mato Grosso - Rondonópolis
- 26 – CAMPUS GOIÁS – Universidade Federal de Goiás
- 27 – ADCAJ – Universidade Federal de Goiás - Jataí
- 28 – ADUFDOURADOS – Universidade Federal da Grande-Dourados
- 29 – ADUFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- 30 – ADLESTE – Universidade F. do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas
- 31 – ADUFF – Universidade Federal Fluminense
- 32 – ADOM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
- 33 – ADUFLA – Universidade Federal de Lavras
- 34 – UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- 35 – UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

* Levantamento fechado no dia 22 de junho.

Principais pontos da pauta de reivindicação

1 – Defesa do caráter público da universidade: contra os cortes no orçamento e pela ampliação de investimento nas IFE, conclusão das obras inacabadas, abertura de concurso público; contra a contratação de professores via Organização Social e terceirização.

2 – Condições de trabalho: nenhuma disciplina sem professor! Autorização imediata da ocupação dos cargos de docente existentes e criação de novas vagas para atender às demandas existentes; atendimento urgente das necessidades de infraestrutura, garantindo plenamente as condições para ensino, pesquisa e extensão.

3 – Garantia de autonomia: medidas urgentes para afastar imposição de normas e condutas, pelo Poder Executivo, que agredem a autonomia universitária; manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição, para livre execução no exercício seguinte; bem como revogação da Lei 9192/95.

4 – Reestruturação da carreira:
A) A estruturação em degraus (variação crescente em razão de 5%) constantes desde o início até o final; - Percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações (75% para doutor; 37,5% para mestre; 18% para especialista; 7,5% para aperfeiçoamento);

B) Reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão, em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira.

C) Valorização salarial de ativos e aposentados: corrigir as distorções, tendo como base o salário mínimo do Dieese (R\$ 3.182,81). Uma linha só no contracheque!

■ Esvaziamento

Técnicos da Ufam paralisam atividades por tempo indeterminado

Foto: Anderson Vasconcelos

Mais de 300 técnico-administrativos em Educação (TAE) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) participaram, no dia 28 de maio, da Assembleia Geral de deflagração da greve da categoria, por tempo indeterminado. O movimento paredista, de esvaziamento, foi aprovado por ampla maioria. Houve apenas um voto contrário e duas abstenções.

Durante a instância deliberativa, realizada no hall do Instituto de Ciência Humanas e Letras (ICHL), a categoria decidiu os

procedimentos de implantação do Comando Local de Greve e de representação sindical em âmbito nacional, além de definir como as atividades que serão realizadas. “Nós não vamos pros nossos setores de trabalho. Ao invés disso, viremos para a universidade, mas para continuar as atividades e trabalhos de greve, discutindo os problemas da universidade”, disse o coordenador de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas



Categoria aprovou greve de esvaziamento em AG no dia 28 de maio

(Sintesam), Ronaldo Bastos. De acordo com a coordenadora-geral da entidade, Crizolda Araújo, os técnicos reivindicam

melhores condições de trabalho, jornada semanal de 30 horas e um step – diferença entre um nível e outro – de 5%, promessa do governo federal à categoria feita em 2005. “O governo prometeu chegar a esse percentual em dez anos e até agora nada!”, destacou. Os técnicos lutam ainda contra as práticas de assédio moral na universidade.

Segundo Crizolda, a categoria está em greve na sede da Ufam e nos outros cinco campi da universidade no interior.

Luta

Forte mobilização marca mês de maio na Ufam

Foto: Anderson Vasconcelos

O mês de maio foi marcado por forte mobilização na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) tanto em Manaus quanto nas unidades acadêmicas fora da sede. Professores, técnico-administrativos e estudantes uniram forças em vários momentos em defesa da universidade pública e contra as medidas do governo federal que impactam negativamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição.

A mais recente ocorreu no dia 29 de maio, quando representantes dos três segmentos fizeram ato unificado no Bosque da Resistência, na entrada do Campus Universitário, contra o corte de recursos da Educação, que já chega a quase R\$ 10 bilhões. Na pauta da manifestação estava ainda a luta contra as terceirizações e as Medidas Provisórias que atacam o direito dos trabalhadores.

De acordo com o presidente da ADUA, professor José Alcimar, os ajustes afetam diretamente o setor da Educação. “Sem esses ajustes, as universidades federais já estão vivendo uma verdadeira situação de caos. O que está ocorrendo na Universidade Federal do Rio de Janeiro não é uma situação particular. Se repete em todas as universidades federais”, afirmou o docente, referindo-se à falta de recursos para pagamento dos trabalhadores terceirizados, para manter as instalações em pleno funcionamento e ainda para a garantia da permanência dos estudantes na universidade.

“As verbas não estão chegando para cobrir as despesas da universidade. Muitos alunos estão sem aula, laboratórios estão fechados e os prejuízos para a educação já são grandes”, disse a professora da Faculdade de Psicologia Ana Cristina Martins, acrescentando que o ato é um alerta para o governo federal. “Reivindicamos efetivamente



Professores, técnicos e estudantes em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada

a abertura de negociação com os trabalhadores da educação que, até hoje, não ocorreu”, destacou.

Em greve desde o dia 28 de maio, os técnico-administrativos em educação eram o segmento mais expressivo durante a manifestação. Segundo a coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), Crizolda Araújo, a categoria luta contra um acúmulo de situações negativas vivenciadas na universidade. “Nós temos problemas de assédio moral, de estrutura de trabalho e da ordem do plano de carreira da categoria, que tem hoje o menor piso salarial do serviço público federal”, informou.

Para o estudante do 5º período de Economia, André Nascimento, a luta dos trabalhadores é justa e precisa ser fortalecida. “Nessa conjuntura de ataques aos trabalhadores, com MPs e PLs que retiram direitos, as categorias precisam de apoio. É preciso que a gente lute hoje para garantir o amanhã”, disse. “O corte de aproximadamente nove bilhões de reais reflete diretamente nas atividades da universidade”, completou o acadêmico do 1º período de História, Diego Soares.

Manifestação em Parintins

Em Parintins, professores, técnicos e estudantes do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), unidade acadêmica da Ufam no município, se uniram a outros trabalhadores na luta contra as terceirizações. Centenas de pessoas saíram em passeata e motocada pelas ruas da cidade, em um ato que encerrou em frente à Catedral Nossa Senhora do Carmo.

“Foi a primeira vez que conseguimos reunir tantas entidades [representativas da educação e dos trabalhadores] em uma ação de mobilização na história de Parintins”, afirmou a docente da Ufam Elizandra Garcia. Antes de encerrar o ato, os representantes fizeram falas em defesa dos segmentos mais demandados pela população. A expectativa agora é que se crie um Fórum Local de Mobilização no município.

Dia de Paralisação das IFES

Outra data de destaque foi o Dia Nacional de Paralisação das Instituições Federais de Ensino (IFE), promovido no dia 14 de maio pelas universidades públicas em todo o país. As atividades de mobilização

foram mais intensas nos outros campi da Ufam.

No Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), em Humaitá, houve paralisação de 100% das atividades durante todo o dia. Mais de cem professores, técnico-administrativos e estudantes participaram de debates sobre vários itens da pauta defendida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e pela ADUA.

A programação contou com a realização de palestras sobre “A política de cortes do Governo Federal”, “Ataque aos direitos dos trabalhadores”, “Debate sobre o projeto ‘A pátria educadora’” e “Organização do movimento estudantil”. Segundo o professor Douglas de Paula, a agenda contou com participação ativa de docentes, discentes e técnicos, “demonstrando envolvimento das três categorias com a causa”, afirmou.

“A mobilização tem o intuito de pressionar o governo a rever sua política de cortes e ataque aos direitos trabalhistas, bem como a revisão do seu projeto de governo que tem promovido o enfraqueci-

mento da autonomia universitária e a garantia de uma universidade pública de qualidade”, acrescenta o docente.

No Instituto de Natureza e Cultura (INC), em Benjamin Constant, o ato público pelo Dia Nacional de Paralisação também contou com a participação de docentes e estudantes de vários cursos da unidade e até de Manaus. No local, houve a suspensão de 90% das aulas pela manhã, enquanto 80% dos técnicos cruzaram os braços. No turno vespertino, 80% dos professores mantiveram as aulas até o horário de início da Assembleia Geral da categoria.

Ao final do ato público, os participantes aprovaram plantar bananeiras nas ruas do município, em protesto contra a difícil situação de acessibilidade ao INC. Alguns participantes da mobilização foram até a 2ª Jornada de Educação Municipal, que ocorreu na escola municipal Graziela. Na avaliação do professor Josenildo Santos, que integra a Comando de Mobilização, o evento “foi um sucesso”.

Já no ICSEZ, em Parintins, a categoria promoveu um sarau para marcar a mobilização nacional. A iniciativa teve como objetivo chamar atenção da população do município para a necessidade de luta em defesa do direito dos trabalhadores.

Na capital, integrantes dos três segmentos de trabalhadores da Ufam realizaram um ato público no Bosque da Resistência, na entrada do Campus Universitário, com presença expressiva da imprensa manauara.

“Hoje é um dia de advertência ao governo federal para que dê respostas à pauta unificada da categoria, que inclui, entre outras coisas, mais verbas para o funcionalismo público, estruturação da carreira dos trabalhadores e melhores condições de trabalho”, disse o 1º secretário do ANDES-SN, Jacob Paiva.



Passeata e motocada em Parintins



Em Humaitá, debate sobre o orçamento



Ato público contra inacessibilidade em BC



Sarau marca mobilização no ICSEZ

■ Antes da Greve

Centenas de estudantes sem aula na Ufam

Antes da deflagração do movimento paredista na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), centenas de estudantes já estavam sem aula, em pelo menos uma disciplina, em virtude da falta de professor. Levantamento feito pela reportagem da ADUA até o dia 8 de maio dá conta de que a situação atinge várias unidades acadêmicas desde o dia 6 de abril. Na avaliação dos discentes, o problema compromete a formação acadêmica.

Quem passou o ano anterior se dedicando aos estudos para garantir uma vaga na universidade e se depara com a falta de professor logo no 1º período resume a situação em uma palavra: frustração. Esse é o sentimento dos estudantes do 1º período de Pedagogia, na Faculdade de Educação (Faced), Alex Costa, 32, Alcilane Pinheiro, 29, André Luis Maranhão, 18, Andreia Arruda, 21, e Antônia Barbosa, 19, sem aula na aula em “Língua Portuguesa”, disciplina com carga horária de 60 horas. Questionados sobre como se sentem em relação a esse problema, a resposta saiu em coro: “prejudicados”.

Para não perder a viagem, os estudantes aproveitam o “tempo livre” colocando outros conteúdos em dia. Durante a entrevista, os estudantes realizavam estudos da disciplina “História da Educação”, em preparação à apresentação de um trabalho. A turma reúne cerca de 40 estudantes.

Quem também passou pelo problema são os recém-ingressos do curso de Engenharia de Materiais, da Faculdade de Tecnologia (FT), sem aula na disciplina “Introdução à Programação de Computadores”, com carga horária de 60h. “É uma falta de respeito com a gente”, disse a estudante Roberta Bustamante, 18. Ela afirma que antes mesmo de garantir sua vaga na universidade já tinha conhecimento de algumas dificuldades a enfrentar na Ufam, entre elas, a falta de professor. “Entendo que Manaus não possui muitos profissionais formados na nossa área e que muitas vezes é o aluno que tem correr atrás”, continua. A turma integra cerca de 40 graduandos.

Estudante do 3º período de Bacharelado em Química, no Instituto de Ciências Exatas (ICE), Gabriela Barros vê se repetir a situação de um ano atrás. Ela e outros 41 alunos ficaram mais de um mês sem aulas na disciplina “Português Instrumental”, oferecida aos estudantes recém-ingressos do curso. Em 2014, ela também teve problemas em duas disciplinas obrigatórias, por falta de docente: “Matemática Básica e Álgebra Linear 1”. “O professor só apareceu faltando um mês para encerrar o período”, lembra.

Com a correria para colocar o conteúdo em dia, Gabriela e outros estudantes não conseguiram avançar. Segundo a estudante, mais da metade da



Foto: Annyelle Bezerra

Graduandos aproveitam para colocar em dia estudos de outras disciplinas

turma reprovou. “Eu mesma reprovei em Matemática por três décimos e em Álgebra por quatro décimos. Se tivesse aula desde o início do período, eu talvez tivesse passado”, comentou. A disciplina de Matemática é pré-requisito para Cálculo 1 e Cálculo 2, o que significa que a estudante só poderá cursar as duas últimas quando obtiver aprovação na primeira.

Aviso

Quem passa pelo bloco de salas de aulas do curso de Arquivologia, no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), se depara com o aviso dispo-nível em quase todas as portas. Mudam as disciplinas, mas o assunto é mesmo: “Disciplina aguardando professor”. “Essa é uma situação que atrapalha muito a nossa formação, pois há um peso muito grande em cima da gente quando o professor chega somente no fim do semestre”, re-

clama a estudante do 3º período, Luzia Acácio, 18. “Há um acúmulo de atividades”, completa o colega de turma Cleyson Bruno, 19. Eles e outros 30 estudantes ficaram sem aula na disciplina “Inglês”, com carga horária de 60h. Calouros do mesmo curso, mais de 40 estudantes, também enfrentam dificuldades na disciplina “Língua Portuguesa 1”.

Entretanto, o problema não é exclusivo de recém-chegados à universidade. As graduandas do 5º período de Relações Públicas, no ICHL, Marina Ribeiro, 20, e Thais Caruta, 20, e outros 18 estudantes do curso enfrentam a falta de professores desde 1º semestre letivo de 2013. Atualmente, eles ficaram sem aula na disciplina “Legislação e Ética em Relações Públicas”. “[A falta de professor] é ruim para todo o andamento do curso e para a nossa formação”, disse Thais. “Se não tivermos agora, vamos ter que ‘pagar’

essa disciplina no período das férias”, completou Marina.

A situação é crítica também fora da sede. No Instituto de Natureza e Cultura (INC), em Benjamin Constant, falta professor em todos os seis cursos oferecidos pela instituição no município. O problema ocorre nas disciplinas “Tópicos de Produção Animal”, no curso de Ciências Agrárias, “Sociologia”, no curso de Pedagogia e “Português Instrumental”, no curso de Letras, para citar alguns casos, entre as 65 turmas do INC. A questão foi destaque em uma reportagem produzida por uma emissora local de TV.

Editais de processo seletivo

Em resposta ao pedido de esclarecimento sobre a falta de docentes, a Reitoria da Ufam, por meio do pró-reitor adjunto de Ensino de Graduação, professor Nelson Noronha, informou que “as faculdades e institutos que solicitaram contratação de professores para comporem seus quadros foram atendidos em sua integralidade por meio de editais de processo seletivo”.

No caso específico do INC, que solicitou a contratação de 22 professores, só cinco vagas foram preenchidas, porque “não houve inscrição para determinadas especialidades ou os candidatos não obtiveram nota satisfatória” na seleção. Noronha também não descartou a possibilidade de as disciplinas serem ofertadas como cursos de férias.

■ Legitimidade

Reitoria reconhece greve na Ufam como “legal e legítima”

Em reunião com o Comando Local Unificado de Greve (CLUG), no dia 22 de junho, a reitora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Márcia Perales, reconheceu como legal e legítimo o movimento paredista deflagrado pelos docentes no dia 15 de junho. A Administração Superior também se comprometeu a realizar uma reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni) na semana seguinte, para deliberar sobre a suspensão do calendário acadêmico a partir do início da greve.

O pedido foi feito pela entidade representativa da categoria, por meio do ofício 028/2015-ADUA, protocolizado pela seção sindical no dia 10 do mesmo mês. No

documento, é solicitada a reunião com o intuito de aprovar a suspensão do calendário acadêmico, com a consequente nulidade das atividades docentes exercidas a partir da deflagração da greve. Há outro movimento que pede a não suspensão do calendário.

“O conselho universitário não pode se furtar à sua responsabilidade que é discutir o que está acontecendo na Ufam. Nós temos uma greve que é legítima e reconhecida pela administração superior. E nós temos outro movimento de professores que protocolaram um documento com outra solicitação”, disse a reitora, Márcia Perales.

Na última greve da categoria,

que durou quatro meses, o Conselho Universitário (Consuni) da Ufam deliberou pela suspensão do calendário acadêmico 12 dias após a deflagração do movimento paredista, iniciado no dia 17 de maio de 2012. Por 31 votos favoráveis e sete contrários, o Conselho invalidou as atividades realizadas principalmente por professores contrários à greve e ainda aprovou uma moção de apoio à paralisação.

O presidente da ADUA e membro do CLUG, José Alcimar de Oliveira, reiterou, durante a reunião, que o movimento paredista defende o cumprimento integral do calendário para qualidade acadêmica. Contudo, há um gru-

po de professores que defende o cumprimento de apenas 75% das disciplinas. “A gente quer o calendário cumprido em sua integralidade; os 75% é uma situação de excepcionalidade, que querem agora transformar em regra”, disse.

O vice-reitor, Hedraldo Narciso Lima, disse que ninguém está autorizado para falar em nome da Administração Superior e que quem aderiu ao movimento tem respaldo para retomar as aulas a partir de onde foram paralisadas, ou seja, da deflagração da greve.

Tanto Lima quanto o professor Nelson Noronha, pró-reitor adjunto da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), foram enfáticos ao afirmar a impossibi-

lidade de se acatar qualquer proposta que reduza o calendário acadêmico a apenas 75% das atividades, destacando ambos que a legislação exige o cumprimento de 100 dias de aula para validação do semestre letivo.

A reitora, Márcia Perales, também manifestou preocupação com o clima de tensão que tomou conta da universidade nos últimos dias e espera que a reunião do Consuni seja realizada com cordialidade. O CLUG reafirma posicionamento já expressado publicamente, quando do início da paralisação, que os docentes e técnicos em greve dialoguem pacífica e democraticamente com os todos.

■ Paralisação

Em greve desde o dia 15 de junho, docentes da Ufam ampliam mobilização

Fotos: Comando Local de Greve

A paralisação nacional dos docentes federais teve início no dia 28 de maio e a cada dia se amplia com a deflagração da greve em uma nova universidade. Até o momento, 35 Instituições de Ensino Superior aderiram ao movimento paredista. Na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), onde os professores estão em greve desde o dia 15 de junho, o movimento segue o mesmo ritmo de adesão e ganha força com o apoio de mais estudantes, servidores e da população.

É o que se pode notar nos atos públicos na sede e nos campi em Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins, que, juntamente com outras ações de mobilização, marcam o calendário de atividades da greve de ocupação em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada. Até mesmo docentes favoráveis à greve e que continuam as atividades de ensino, em virtude da pressão exercida por alguns diretores e chefes de departamento, estão deixando as salas de aula para fortalecer o movimento.

Favoráveis ao movimento paredista, muitos estudantes do bloco de Artes informaram, durante atividade de diálogo promovida pelo Comando Local de Greve (CLG) no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), que são obrigados a comparecer às aulas mediante ameaças de reprovação por falta. Aluno do 1º período de Artes Visuais, Kevin Moraes, afirmou que computadores quebrados nos laboratórios de informática utilizados pelos estudantes nas disciplinas gráficas e até a carência de material cerâmico são exemplos da falta de estrutura enfrentada pelos graduandos do curso na Ufam.

“Apoio a greve porque os professores têm direito a um salário melhor. Falta estrutura para os laboratórios. Nem todos os computadores funcionam. E estamos sendo coagidos a continuar assistindo aula porque a coordenação informou que seríamos reprovados por falta”, disse Moraes, antes de deixar a sala de aula e se juntar ao grupo que fazia mobilização na unidade acadêmica.

Convencido de que a greve é o único mecanismo eficaz para a obtenção da pauta reivindicada, o professor Evandro Moraes, que ministrava aula à turma de Kevin, também saiu de sala para marchar junto aos alunos e professores favoráveis à luta. “A greve é o último recurso que nós temos para reivindicar melhorias para a educação. Votei a favor da greve e pretendo seguir com o grupo”, disse. Em seguida, ele se juntou aos demais professores e percorreu os blocos de salas de aula no setor Norte do Campus Universitário para esclarecer os principais pontos de reivindicação dos docentes.

Empunhando cartazes e dizendo palavras de ordem, os docentes chamaram os estudantes a se rebelarem contra o assédio moral que vem sendo praticado contra professores e discentes na universidade, com



Em Coari, comunidade acadêmica protesta por melhores condições na Ufam

o objetivo de enfraquecer o movimento e confundir a sociedade sobre a intensidade da greve. “Eu conclamo a todos os colegas e estudantes que estão sendo assediados moralmente: rebellem-se! Não se deixem ser coagidos por um autoritarismo ultrapassado, mas que é vigente na universidade”, destacou o professor Otoni Mesquita, docente do curso de Artes desde 1984.

A atividade de diálogo se deu ainda, na primeira semana de paralisação com ocupação, nas Faculdades de Educação (Faced) e de Estudos Sociais (FES). Durante a atividade, o 1º vice-presidente do Regional Norte do Sindicato Nacional dos Docentes

“Não há cidadania digna deste nome nem pátria educadora se à população é negado o direito à educação pública e de qualidade. Nossa tarefa histórica é romper o vicioso cerco da privatária em curso, que converte o direito à educação em mercadoria venal”.

José Alcimar de Oliveira, Presidente da ADUA

de Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Tomzé Vale da Costa, ressaltou que a greve deliberada durante a assembleia histórica da categoria luta contra a precarização da educação pública brasileira.

Sucateamento evidente não somente nas péssimas condições de trabalho e infraestrutura limitada, mas pela carência de professor. Em sua primeira aula da disciplina de Educação na Região Amazônica, no auditório Rio Jatapú, desde que o período iniciou em 6 de abril, o estudante do 3º período de Pedagogia Janderson Bragança contou que mesmo prejudicado com o atraso em duas disciplinas neste semestre, por falta de docente, é favorável à greve docente. “Sou a favor da greve. Esta é primeira aula de reposição que assisto, pois a professora pediu

Coletivo “Em Defesa da Ufam” resgata pautas históricas

Com a deflagração do movimento paredista na universidade, nasceu o movimento #EmDefesaDaUfam, coletivo formado por professores, técnicos e estudantes em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, e contrário à precarização das atividades de ensino, pesquisa e extensão na instituição e ao corte de recursos da Educação.

Em poucos dias, o coletivo atraiu mais de dois mil seguidores em sua página no facebook (www.facebook.com/emdefesadaufam), onde é possível conferir informações sobre a greve na Ufam, a agenda de mobilização com inúmeras atividades em Manaus e nas unidades acadêmicas fora da sede, bem como saber quem são os apoiadores do movimento.

No endereço é possível conferir ainda vídeos de professores e estudantes que não querem apenas estar em sala de aula, mas lutam por uma educação de qualidade, pois o movimento entende que a universidade não é uma “fábrica de diploma”. Além disso, estão disponíveis fotos das atividades desenvolvidas desde o dia 15 de junho, quando teve início a greve dos docentes.

fastamento. Esta não é a única disciplina em que estamos prejudicados”, afirmou.

Para o presidente da ADUA, professor José Alcimar, o Brasil só vai se tornar uma “pátria educadora” quando o país, de fato, priorizar a educação pública de qualidade. “É necessário manter a natureza pública da educação, porque sem educação pública é vazio o discurso da cidadania. Não há cidadania digna deste nome nem pátria educadora se à população é negado o direito à educação pública e de qualidade. Chega de publicidade e de meia educação para o povo. Como dizia Darcy Ribeiro, o Estado brasileiro tem se caracterizado historicamente como país que criou e mantém ‘uma escola pública desonesta’. Nossa tarefa histórica é romper o vicioso cerco da privatária

em curso, que converte o direito à educação em mercadoria venal”, disse.

Mobilização fora da sede

Debates, panfletagens e atividades culturais também fazem parte da programação organizada pelos Comandos Locais de Greve nas unidades acadêmicas da Ufam fora da sede.

Docente do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), unidade acadêmica da Ufam em Parintins, Elisandra Garcia, professora do curso de Educação Física, contou que a comunidade acadêmica aproveitou a grande movimentação no município por conta do festival folclórico dos bois Garantido e Caprichoso e realizou panfletagem nos principais pontos da cidade.

“Distribuímos panfletos com a pauta da greve nos semáforos da Avenida Amazonas, a principal do município, no Mercado Municipal e no porto da cidade”, contou. O comitê local realizou ainda reuniões com alunos e técnicos, além de debates e exibição de filmes. “Essa última atividade é chamada de Cine Greve e ocorre todas as terças-feiras. Exibimos na primeira semana o filme A Onda, sempre com essa temática de luta típica da greve”, disse.

Em Itacoatiara, a professora Samanta Aquino, do curso de licenciatura em Química e Biologia, disse que já foram realizadas várias reuniões no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET). “Nos encontros do Comando definimos as comissões, além de uma grande reunião com docentes para esclarecimentos sobre as demandas nacionais do movimento. Também fomos às salas dialogar com os alunos e realizamos um ato público no local”, contou.

No Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), unidade acadêmica da Ufam em Humaitá, a programação política e cultural é intensa. Um dos itens de destaque é o Cine Cultural, que já exibiu os filmes “A Revolução dos Bichos” e “1984”, antes de proceder ao debate sobre as sociedades autoritárias. No IEAA, houve ainda um amplo debate sobre a política de financiamento do governo federal (“O ensino público versus o privado”), bem como oficina de estudo de textos sobre o problema do financiamento da educação no país.

Em Benjamin Constant, no Instituto de Natureza e Cultura (INC), os professores foram até as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio conversar com os alunos sobre a pauta da greve. Eles realizaram reuniões e debateram as questões locais e nacionais que pautam o movimento.

Já em Coari, no Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica fizeram uma manifestação em frente à sede da unidade acadêmica da Ufam durante dois dias e também uma passeata pelas principais ruas do município.

Assembleia histórica diz SIM à greve

Antes da deflagração da greve deste ano, a categoria dos professores da Ufam participou de dois momentos históricos conduzidos pela sua representante legítima, a ADUA: as duas últimas Assembleias dos docentes, realizadas nos dias 26 de maio e 9 de junho, foram as maiores dos últimos tempos na universidade e, embora tivessem apenas a deflagração do movimento paredista como ponto de pauta, trouxeram para o centro do debate o voto do docente de fora da sede.

A Assembleia Geral do dia 26 de maio, no auditório Rio Amazonas, no setor Norte do Campus Universitário, contou com a participação de 408 professores em Manaus, conforme a lista de assinaturas da AG, entre eles 191 associados e 217 não filiados. A ADUA, entidade democrática e republicana, entende que, na discussão sobre a greve, é importante a participação de todos. Por isso, os não sindicalizados também têm direito à voz e ao voto, sejam docentes de Manaus ou das unidades fora da sede.

A instância deliberativa oportunizou o confronto de ideias, de avaliações e de posicionamentos sobre a deflagração da greve, mas a categoria não chegou a deliberar efetivamente a respeito do assunto e a AG teve de ser suspensa em virtude da falta de consenso sobre o cômputo dos votos dos docentes lotados nas unidades acadêmicas fora da sede. Docentes de Benjamin Constant, Humaitá e Parintins realizaram suas assembleias e remeteram os votos para contabilização na AG em Manaus.

“Tratam-se de docentes da mesma instituição e com os mesmos direitos. Não se trata de voto por procuração, porque os companheiros que lá se reuniram em assembleia, discutiram e deliberaram a decisão, registrada em ata, e enviaram as listas com as assinaturas, mantendo a transparência do processo”, ressaltou o presidente da seção sindical, professor Alcimar Oliveira. O docente refutou qualquer tentativa de golpe durante a AG. “Seria um golpe desconsiderar o voto dos companheiros de fora da sede, pois pertencemos à mesma categoria”, destacou.

Além disso, a mesa teve dificuldades em conduzir os trabalhos, por conta de atitude deliberada de alguns professores em tumultuar a Assembleia da categoria. O argumento usado por alguns docentes contrários à greve era que as Assembleias

realizadas pelos professores de fora da sede não passavam de reuniões setoriais, como os encontros promovidos nas unidades acadêmicas da capital. Além disso, que só vale na instância deliberativa o voto do docente que estiver presente, recorrendo ao regimento da entidade.

“A firmeza da Diretoria da ADUA consistiu em não por em deliberação a deflagração da greve sem que fosse computado, naquela Assembleia, o resultado das votações nas Unidades fora da sede. Diante do impasse e, pior, do tumulto muito bem arquitetado, suspendemos a Assembleia. E o fizemos para preservar direitos. Para o entendimento casuístico de muitos, as Assembleias já havidas nas Unidades fora da sede teriam a mesma natureza das reuniões setoriais realizadas pelas Unidades da sede, ou seja, seriam apenas informativas ou indicativas. Insistimos que não, e deixamos claro que da parte da mesa e da Diretoria aceitar submeter à deliberação, como queriam, a legitimidade do resultado das Assembleias das unidades fora da sede já realizadas, aí sim, seria compactuar com o intento golpista. A questão é política, não apenas regimental. Mesmo que omissos sobre a questão, entendemos que a omissão do Regimento da ADUA não pode ser usada para solapar direitos”, diz trecho da nota publicada

Unidade	Pela greve	Contra	Abstenção
Manaus	184	257	0
Benjamin Constant	27	5	1
Humaitá	32	6	1
Itacoatiara	28	1	2
Parintins	21	2	0
Total	292	271	4

pela diretoria após a AG suspensa.

A nova realidade de multicampia da Ufam, que não é prevista no regimento da ADUA, exige reflexão. “A normativa não pode engessar a realidade, pois um posicionamento legalista tende a retirar direitos de quem também têm direitos: os professores que trabalham nas unidades acadêmicas de fora da sede”, avalia a diretoria.

Professora do Instituto de Natureza e Cultura (INC), de Benjamin Constant, Renilda Costa defendeu a legitimidade da votação realizada nas unidades fora da sede, declarando que as condições de



Decisão sobre a deflagração do movimento paredista foi tomada em AG no dia 9/6

trabalho são ainda mais precarizadas que a situação da capital, e que, como membros da categoria, não podem ser tratados como “docentes de segunda classe”.

Recorde de participação

A Assembleia Geral do dia 09 de junho bateu o recorde de participação estabelecido duas semanas antes e deflagrou a greve na Ufam, um marco histórico na luta empreendida pela seção sindical há 35 anos na universidade. Mais de mil pessoas, entre professores, técnico-administrativos e estudantes lotaram o maior auditório da instituição, Eulálio Chaves, no

campus universitário, para acompanhar a AG que deliberou pelo movimento paredista na Ufam.

Antes de proceder à votação, cinco docentes favoráveis à greve e outros cinco

contrários à paralisação puderam expor os motivos de seu posicionamento, oportunizando o debate sobre o tema. Os nomes foram sorteados na AG, diante do público presente. Durante as intervenções, o público – sobretudo os estudantes – reagiu aplaudindo e mesmo vaiando os professores cujos posicionamentos agradavam à maioria ou não.

Cientes de que os votos dos docentes das unidades fora da sede seriam computados ao resultado final daquela AG, docentes que já haviam tumultuado a Assembleia anterior mudaram o discurso: passaram a defender a realização de um plebiscito em todas as unidades acadêmicas da Ufam, “ignorando que, histórica e politicamente, nosso sindicato sempre toma suas decisões na base por assembleias”, conforme trecho do Comunicado nº 1 do CLG, de 12 de junho.

Mas a proposta não vingou. Com 567 professores reunidos em Manaus e em quatro campi das unidades de Benjamin Constant, Humaitá, Itacoatiara e Parintins, em votação democrática, foi aprovada por maioria a deflagração de greve por tempo indeterminado a partir de 15 de junho de 2015. Foram 292 votos favoráveis, 271 contrários e quatro abstenções. Logo que anunciado o resultado, parte dos docentes contrários à paralisação deixou o auditório, sem que Assembleia Geral fosse

finalizada. “Queremos crer que essas figuras não representam o perfil acadêmico e democrático dos professores da Ufam, porque muitos que votaram contra a greve acataram a decisão final da assembleia e permaneceram no auditório até o seu encerramento”, continua o Comunicado.

O resultado final da votação seria alterado, alargando a diferença em favor da greve, se a documentação necessária do resultado da AG dos docentes da unidade de Coari tivesse chegado antes de iniciada a Assembleia de Manaus. Naquela unidade, 23 professores foram favoráveis à greve, nove contrários e uma abstenção. Portanto, seriam 315 votos a favor da paralisação, 280 contrários e cinco abstenções.

Durante a AG, os docentes definiram ainda que o caráter do movimento paredista é de ocupação didática, com a realização de eventos para debater sobre a qualidade da educação brasileira e os desafios da categoria e dos demais representantes da comunidade acadêmica na luta em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

“Essa foi a maior Assembleia Geral já realizada pela categoria. Queremos saudar a cada um dos professores que responderam ao chamamento para deliberar sobre o assunto e, democraticamente, manifestaram a sua opinião, seja favorável ou contrária à greve”, destacou o presidente da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira.

O Comando Local de Greve chama atenção para o bom senso entre os professores e rechaça as práticas de autoritarismo e truculência. “O CLG repudia as tentativas em curso de desqualificar a greve por meio de mentiras e ameaças. A greve do servidor público é um direito constitucional, e nenhuma instância de poder - CONSUNI, Reitoria, Pró-Reitorias, Direções de Unidade, Chefias de Departamento - está acima da Constituição. As ameaças devem ser denunciadas. Contra todas as formas de constrangimento e de assédio moral!”

Além dos docentes, já estão em greve os técnico-administrativos da Ufam desde o dia 28 de maio. E os estudantes dos Institutos de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), em Humaitá, e de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), em Parintins paralisaram as atividades nesses dois campi, nas primeiras semanas de junho, em virtude da falta de condições de ensino e em protesto contra o corte da verba da Educação, feito pelo governo federal.



AG dos docentes da Ufam em Humaitá também avaliou impacto do corte de recursos

Terceirização de Professor

Contratação de docentes de universidades federais por Organização Social levanta preocupação

A contratação de docentes de universidades federais por meio de Organização Social (OS) ganhou força entre os reitores das instituições. Parte dos integrantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apoia a tendência do Ministério da Educação (MEC) para contratar via CLT. Professores das universidades federais e entidades de classe acompanham com preocupação a adesão.

Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Paulo Rizzo acredita que se a proposta for implementada vai tirar o poder de barganha pelo reajuste salarial. "Nós vemos que a tendência do MEC é a contratação de docentes via OS, que vai funcionar como empreiteira de mão de obra, o que nada mais é do que terceirização", afirma Rizzo.

Segundo o MEC, as Organizações Sociais não excluem a necessidade de concursados. "O modelo está em vigência desde 1998 e nunca foi utilizado para esta finalidade. Es-

pera-se que a consolidação do modelo ajude a somar".

Em junho deste ano, a Andifes informou não haver um posicionamento institucional a respeito da terceirização da contratação de docentes federais via OS. Na ocasião, o secretário executivo da Associação, Gustavo Balduino disse que o debate sobre a terceirização da contratação de docentes federais nunca foi pautado na entidade e que desconhecia que algum reitor que tivesse posição oficial a esse respeito. "Efetivamente, a Andifes nunca tratou desse assunto. Nem informalmente. E eu não conheço algum reitor que tenha posição favorável ou contrária, ou que tenha debatido esse assunto", afirmou.

Balduino informou ainda, que não estava previsto esse tema na pauta das reuniões da entidade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) já havia declarado que pretende, junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia e da Educação, criar OS para contratar docentes. Em abril desse ano, o STF entendeu que as OS



podem ser usadas em ações do estado em atividades dirigidas ao ensino.

O Supremo Tribunal Federal resgatou e votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1923, contrária às normas que regulamentam as organizações sociais, no dia 16. Com a decisão, o STF si-

nalizou positivamente à prestação, por essas organizações, de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde.

A ADI foi ajuizada há mais de 15 anos e sua votação havia sido suspensa em

maio de 2011, com pedido de vistas do processo pelo ministro Marco Aurelio.

Na sessão plenária, o Supremo considerou a validade parcial da Adin apenas no que se refere às leis de licitações. O ministro Luiz Fux emitiu o voto-condutor, que foi seguido pela maioria.

Desprestígio

Salário docente perde de carreiras similares dentro do serviço público

Sai governo, entra governo, mas o discurso a favor da Educação, com valorização de seus profissionais, não muda. Na prática, porém, não é isso o que se verifica em um levantamento feito junto às tabelas de remuneração dos servidores públicos federais, disponibilizadas pelo Ministério do Planejamento na página www.servidor.gov.br. A série existe desde 1998 (não existem os dados de 1999, ano para o qual foram repetidos os valores anteriores, para construção do gráfico).

Foram comparados dados de duas carreiras similares, no primeiro nível com exigência de doutorado, ativos: Professor Adjunto 1 com Doutorado em regime de Dedicção Exclusiva (hoje em dia, o salário é igual para o professor DIII 1 da carrei-

ra de EBTT); Pesquisador do Ministério de Ciência e Tecnologia, com doutorado. Os valores somam os vencimentos básicos com a máxima gratificação a que os servidores tinham/têm direito (algumas foram incorporadas, ao longo dos anos, como a GED dos professores). Para evidenciar a diferença de tratamento com os docentes, vale comparar os vencimentos do primeiro nível da carreira de Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para a qual não existe necessidade de doutoramento.

Em 1998, um professor, nessas condições, recebia um pouco mais que os colegas das outras carreiras: R\$ 3.388,31, contra R\$ 3.128,25 do pesquisa-



dor do IPEA e R\$ 2.662,36 do pesquisador do MCT. Essa situação perdurou até 2003, quando os quadros do IPEA passaram a receber mais. Em 2009, os docentes federais foram ultrapassados também pelos pesquisadores do MCT.

Desde então, apesar de apresentarem uma ligeira aproximação com os servidores do ministério de Ciência e Tecnologia, os professores continuaram desprestigiados.

Confira na tabela acima a série histórica das dife-

renças salariais entre essas carreiras.

Tendência preocupante

Esta tendência à desvalorização é preocupante, sobretudo por não haver nenhuma previsão de reajuste salarial para os professores federais a partir do ano que vem. O ANDES-SN chama a atenção para este fato que, a médio prazo, compromete a dedicação exclusiva e o caráter público da universidade. Trata-se de uma importante pauta da greve nacional em curso, pois esta tendência precariza as condições de trabalho dos professores federais da mesma maneira que ocorreu com a carreira dos professores do estado e do município.

■ Nacional



O prometido, o dito e o feito

Rubens da Silva Castro

Para garantir emprego, salário digno, saúde e educação, é necessária uma reação por parte da sociedade brasileira que só poderá acontecer se os responsáveis pelos estudantes, do ensino básico à educação superior, investirem em uma formação de pessoas críticas e participativas no pleno exercício da cidadania. Os setores precisam se mobilizar e se organizar para poder exigir dos governos que seus direitos sejam cumpridos.

Em outras palavras: a sociedade tem que ir às ruas e dizer não à corrupção, exigindo o afastamento daqueles que exercem cargos públicos e a devolução do dinheiro aos cofres da nação, subtraídos do erário. Mexer no bolso das pessoas é pior do que trancá-las na cadeia. Esperávamos que a presidenta Dilma tivesse assumido realmente o compromisso com as necessidades da maioria da população: tivesse dito não à proposta dos que já ganham muito e nada fazem (políticos). Seremos novamente ludibriados como no governo anterior?

O governo Lula deu continuidade ao projeto neoliberal de FHC, congelando o salário dos servidores públicos federais, deixando-os nas mãos das instituições bancárias que emprestam dinheiro a juros exorbitantes, comprometendo o orçamento doméstico. Por isso, ele foi considerado o melhor presidente para os banqueiros. Diminuí do orçamento recursos destinados às duas áreas prioritárias de qualquer governo que se diz sério: saúde e educação. E isso não está diferente do governo da presidenta Dilma, uma vez que neste país quem manda não é o presidente e sim o capital nacional e internacional. Ou faz o que o poder econômico determina ou fica impossibilitado de governar. É preciso ter muita coragem para enfrentar aqueles que são contra os projetos que beneficiam as classes populares.

Os cortes feitos por Lula garantiram ao executivo brasileiro atender

aos interesses dos credores externos e os da dívida interna que impõe uma política que tudo possibilita ao capital, sobrando migalhas para o social (Estado mínimo). Durante a campanha para presidenta da República, Dilma prometeu, em seus pronunciamentos para a Nação, que iria investir fortemente na educação, saúde e na geração de empregos. Como gerar emprego se ela também segue o receituário neoliberal, abrindo as portas do mercado nacional aos produtos estrangeiros e, ao mesmo tempo, não possibilitando ao pequeno e ao microempresário melhores condições para que os mesmos possam sustentar suas atividades comerciais?

A presidente Dilma sabe que o direito ao emprego decorre do direito à vida. É um direito básico de qualquer cidadão. O desemprego deixa as pessoas nervosas, agressivas e sem ânimo para viver. Como manter uma vida harmoniosa se o chefe da família não tem fonte de renda para atender as suas necessidades básicas de sobrevivência? Qual o resultado? A separação! O que provoca no casal mais sofrimento.

Como afirma José Comblin, em O Neoliberalismo: "ideologia dominante na virada do século, "a classe dos excluídos cresce. O sistema vai gerando levas e levas de excluídos; estes já não participam mais da vida social, ficam revoltados, desencantados. Muitas vezes tonam-se violentos ou cedem aos vícios; Não é sem razão que as drogas são o sinal mais evidente da presença de uma sociedade neoliberal".

Assim como o emprego, a saúde e a educação são prioridades de qualquer país, nação que se preza investe ao máximo nessas áreas. Como todos já sabem está descartado, segundo a presidenta Dilma, reajuste salarial para os servidores públicos, no ano de 2015, haja vista a falta de recursos para tal finalidade, segundo ela. Só não faltam recursos para quem está no topo do poder. Se o governo não conta com dinheiro em

caixa para melhorar o salário dos servidores, como se encontra recursos financeiros para reajustar o salário dos parlamentares, dos ministros, dos desembargadores, dos juizes? O salário não só dos professores universitários, mas também dos docentes da educação básica continua uma vergonha. Agora, perguntamos: o que os parlamentares produziram de tamanha importância para merecerem um reajuste pomposo?

Até quando, nós brasileiros, vamos ficar parados diante deste mandado e desmandado da política? Vamos ficar calados, como vaquinha de presépio, diante dessa barbaridade? Ou deveremos fazer como fazem os argentinos, chilenos e outros povos que reagem às atitudes do governo que prejudicam a classe trabalhadora? Temos que nos manifestar, afinal, quem vai arcar com as despesas somos nós que pagamos nossos impostos, taxas e outras contribuições. Sabem por que criticam os argentinos, os franceses e os gregos ao utilizarem a violência na reivindicação de seus direitos? Porque eles não aceitam enganação! Ai vão para as ruas protestar contra os abusos do governo. Já, entre o povo brasileiro, há muitos acomodados, medrosos e desinformados.

Para finalizar, podemos afirmar que só o povo organizado e mobilizado poderá tomar em suas mãos as rédeas do destino da Nação. Só assim poderemos ter um governo comprometido com as necessidades dos trabalhadores, em vez de continuar servindo aos interesses dos banqueiros, dos latifundiários e das grandes empresas. Não se transforma um país somente por meios legais, ou seja, pelo voto, mas, e principalmente, por meio de um processo revolucionário. A história comprova tal assertiva. Já chega de tanta enganação!

Rubens da Silva Castro é professor do Departamento de Administração e Planejamento da Faculdade de Educação da Ufam.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/02/2015 a 27/02/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	68.463,38	74.503,87	100,00%
1.1	RECEITAS	68.463,38	74.503,87	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.669,90	72.683,50	97,56%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.792,38	1.817,17	2,44%
1.1.3	Receitas com Reprografia	1,10	3,20	0,00%
2	SAÍDAS	50.696,38	49.974,28	100,00%
2.1	PESSOAL	12.381,15	10.264,19	20,54%
2.1.1	Salários	10.169,15	8.549,89	17,11%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	1.714,30	3,43%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.633,19	5.669,40	11,34%
2.2.1	Contribuição INSS	4.186,43	4.189,61	8,38%
2.2.2	Contribuição FGTS	956,04	947,30	1,90%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	119,51	118,41	0,24%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	371,21	414,08	0,83%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	1.886,00	3.192,00	6,39%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.086,00	1.182,00	2,37%
2.3.2	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	-	210,00	0,42%
2.3.3	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	1.000,00	2,00%
2.3.4	Serviços de Limpeza/Manutenção	800,00	800,00	1,60%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.781,62	1.576,00	3,15%
2.4.1	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	4.000,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	-	0,00%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.560,00	1.576,00	3,15%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	15.582,77	16.973,99	33,97%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.234,72	14.433,60	28,88%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,50	231,00	0,46%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	529,39	577,35	1,16%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.588,16	1.732,04	3,47%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	8.354,44	9.900,00	19,81%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	727,94	-	0,00%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	7.626,50	9.900,00	19,81%
2.8	BENS DE CONSUMO	1.075,11	2.398,70	4,80%
2.8.1	Telefone	332,14	-	0,00%
2.8.2	Taxi, Fretes e Onibus	3,50	3,00	0,01%
2.8.3	Combustível	230,00	50,00	0,10%
2.8.4	Material de Expediente/Limpeza	-	1.439,43	2,88%
2.8.5	Materiais Elétricos/Hidráulicos	100,00	-	0,00%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	166,10	-	0,00%
2.8.7	Cartório (Copias e Autenticações)	8,78	8,78	0,02%
2.8.8	Assinaturas de Revistas/Jornais	-	880,00	1,76%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet	234,59	17,49	0,04%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	2,10	-	0,00%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	2,10	-	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		21.033,66	38.800,66	
RECEITAS		68.463,38	74.503,87	
DESPESAS		(50.696,38)	(49.974,28)	
RESULTADO OPERACIONAL		38.800,66	63.330,25	
Banco do Brasil S/A C/C		67.781,63	5.322,41	
Aplicação Banco do Brasil		236.749,15	318.566,32	
CAIXA		78,39	2,32	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		304.609,17	323.891,05	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/03/2015 a 31/03/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	74.503,87	75.561,18	100,00%
1.1	RECEITAS	74.503,87	75.561,18	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	72.683,50	72.762,30	96,30%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.817,17	2.784,48	3,69%
1.1.3	Receitas com Reprografia	3,20	14,40	0,02%
2	SAÍDAS	49.974,28	51.916,42	100,00%
2.1	PESSOAL	10.264,19	7.328,35	14,12%
2.1.1	Salários	8.549,89	5.724,65	11,03%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.714,30	1.603,70	3,09%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.669,40	6.684,59	12,88%
2.2.1	Contribuição INSS	4.189,61	4.373,93	8,42%
2.2.2	Contribuição FGTS	947,30	989,47	1,91%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	118,41	123,68	0,24%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	414,08	1.197,51	2,31%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.192,00	2.202,00	4,24%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.182,00	1.182,00	2,28%
2.3.2	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	210,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Diagramação de Material Impresso	1.000,00	-	0,00%
2.3.4	Serviços de Limpeza/Manutenção	800,00	1.020,00	1,96%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.576,00	12.415,62	23,91%
2.4.1	Serviços Graficos	-	5.760,00	11,09%
2.4.2	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	-	4.000,00	7,70%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	-	221,62	0,43%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Xerox	-	858,00	1,65%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	3,04%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	16.973,99	18.002,48	34,68%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	14.433,60	15.461,84	29,78%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	231,00	231,25	0,45%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	577,35	577,35	1,11%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.732,04	1.732,04	3,34%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	9.900,00	2.780,15	5,36%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	2.242,95	4,32%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	-	350,00	0,67%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	9.900,00	187,20	0,36%
2.8	BENS DE CONSUMO	2.398,70	2.496,90	4,81%
2.8.1	Telefone	-	595,17	1,15%
2.8.2	Correios/Malotes	-	948,15	1,83%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	3,00	3,00	0,01%
2.8.4	Combustível	50,00	302,35	0,58%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	1.439,43	-	0,00%
2.8.6	Materiais Elétricos/Hidraulicos	-	35,00	0,07%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	-	187,19	0,36%
2.8.8	Cartório (Copias e Autenticações)	8,78	-	0,00%
2.8.9	Assinaturas de Revistas/Jornais	880,00	300,00	0,58%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	17,49	126,04	0,24%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	-	6,33	0,01%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	-	6,33	0,01%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		63.330,25	87.859,84	
RECEITAS		74.503,87	75.561,18	
DESPESAS		(49.974,28)	(51.916,42)	
RESULTADO OPERACIONAL		87.859,84	111.504,60	
Banco do Brasil S/A C/C		5.322,41	23.141,75	
Aplicação Banco do Brasil		318.566,32	321.350,80	
CAIXA		2,32	77,04	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		323.891,05	344.569,59	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/04/2015 a 30/04/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	75.561,18	75.088,73	100,00%
1.1	RECEITAS	75.561,18	75.088,73	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	72.762,30	72.447,10	96,48%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	2.784,48	2.596,43	3,46%
1.1.3	Receitas com Reprografia	14,40	45,20	0,06%
2	SAÍDAS	51.916,42	46.987,14	100,00%
2.1	PESSOAL	7.328,35	9.356,08	19,91%
2.1.1	Salários	5.724,65	7.697,08	16,38%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.603,70	1.659,00	3,53%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	6.684,59	6.411,89	13,65%
2.2.1	Contribuição INSS	4.373,93	4.614,27	9,82%
2.2.2	Contribuição FGTS	989,47	1.083,19	2,31%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	123,68	135,40	0,29%
2.2.4	Contribuição Sindical	-	394,70	0,84%
2.2.5	IRRF s/Férias e Salários	1.197,51	184,33	0,39%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.202,00	2.982,00	6,35%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.182,00	1.382,00	2,94%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	1,70%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.020,00	800,00	1,70%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	12.415,62	6.397,62	13,62%
2.4.1	Serviços Graficos	5.760,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	4.000,00	4.000,00	8,51%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,47%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Xerox	858,00	-	0,00%
2.4.5	Serviços de Confeção de Faixas	-	600,00	1,28%
2.4.6	Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	3,35%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	18.002,48	17.092,10	36,38%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	15.461,84	14.570,56	31,01%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	231,25	230,25	0,49%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	577,35	572,82	1,22%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.732,04	1.718,47	3,66%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	2.780,15	2.846,78	6,06%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	2.242,95	713,47	1,52%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	350,00	900,00	1,92%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	187,20	1.233,31	2,62%
2.8	BENS DE CONSUMO	2.496,90	1.849,27	3,94%
2.8.1	Telefone	595,17	357,13	0,76%
2.8.2	Correios/Malotes	948,15	-	0,00%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	3,00	-	0,00%
2.8.4	Combustível	302,35	200,00	0,43%
2.8.5	Materiais Elétricos/Hidraulicos	35,00	-	0,00%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	187,19	421,87	0,90%
2.8.7	Cartuchos e Toner de Tinta	-	282,00	0,60%
2.8.8	Assinaturas de Revistas/Jornais	300,00	-	0,00%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet	126,04	588,27	1,25%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	6,33	51,40	0,11%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	6,33	51,40	0,11%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		111.504,60	135.149,36	
RECEITAS		75.561,18	75.088,73	
DESPESAS		(51.916,42)	(46.987,14)	
RESULTADO OPERACIONAL		135.149,36	163.250,95	
Banco do Brasil S/A C/C		23.141,75	48.723,58	
Aplicação Banco do Brasil		321.350,80	323.947,23	
CAIXA		77,04	0,37	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		344.569,59	372.671,18	

Literatura

Livro sobre assédio moral é lançado na UFPR

Um tipo de violência sutil, mas que recentemente tem chamado atenção sobre si, é o assédio moral. Este tema é tratado no livro *Estado, Poder e Assédio: Relações de Trabalho na Administração Pública*, lançado no último dia 24 de abril, no salão nobre do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Diversos alunos, profissionais e interessados no tema estiveram presentes para prestigiar a obra e acompanhar a palestra de lançamento – uma introdução ao livro. O docente da UFPR e autor de um dos artigos do livro José Henrique de Faria ministrou a palestra, fazendo uma breve exposição da sua interpretação geral do assédio moral na administração pública e de que forma ela é retratada na obra.

A iniciativa de reunir artigos para tratar do tema é da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR-SSind), em conjunto com diversas outras

entidades que promoveram o seminário *Estado, Poder e Assédio*, realizado em 27 de março.

Entre os autores do livro estão nomes como Margarida Barreto, Roberto Heloani, Luis Allan Künzle, Fernanda Zanin, Ricardo Tadeu, José Antonio Peres Gediel, Lawrence Estivalet, João Arzeno, Andressa Szesz, José Henrique Faria, Roger Rapp Rios, Bruno Chapadeiro, Jorge Souto Maior, Eduardo Faria, Marystela Bischof e Giovanni Alves.

No livro, os autores explicam que o estado adota cada vez mais procedimentos administrativos típicos do capital: produtividade, mérito, metas e resultados, entre outros.

De acordo com Faria, a administração pública está inserida na lógica capitalista e, por isso, adaptou-se – também nesse meio – a essa forma de processo. O que vale é a quantidade, independentemente da qualidade.



Conforme explica a obra, o poder é uma representação de grupos sociais dentro das organizações. Para Faria, esse poder pode ser alterado – por meio de lutas e vontade daqueles que sofrem ou que têm o desejo de transformar seu espaço. Segundo Faria, o assédio é uma agressão contra valores socialmente aceitos, que não é exclusivo do sistema capitalista. É uma violência que atinge a autoestima e a dignidade das pessoas no ambiente de trabalho.

Vale a pena ver

Título Original: *Terceirizado, um trabalhador brasileiro*

Gênero: Documentário

País de Origem: Brasil

Ano: 2015

No momento atual em que o argumento da moralidade esparrama pelo país, nada mais oportuno que examinar o fenômeno da terceirização, sobretudo pela coincidência de que nesse mesmo momento o setor econômico, ligado às grandes corporações (muitas delas envolvidas com os escândalos da corrupção), pressiona o Congresso Nacional (PL 4.330/04) e mesmo o Supremo Tribunal Federal (ARE 713211) para conseguir ampliar, de forma irrestrita, as possibilidades jurídicas da intermediação de mão-de-obra. A contradição é latente vez que a terceirização nos entes públicos constitui uma das maiores facilidades para o desvio do erário, ao mesmo tempo em que conduz os trabalhadores, ocupados nas atividades atingidas, a uma enorme precarização em suas condições de trabalho e em seus direitos.

Além disso, o projeto constitucional, inaugurado em 1988, em consonância, enfim, com os ditames da Constituição da OIT, de 1919, elevou os direitos trabalhistas a direitos fundamentais, ampliando o conceito de direito de greve e no aspecto da moralidade administrativa estabelecendo o concurso como forma obrigatória de acesso ao serviço público, prevendo exceções que em nada se assemelham às contratações de empresas para prestação de serviços “terceirizados”.

“Terceirizado, um trabalhador brasileiro”, produzido pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital, da Faculdade de Direito da USP, sob coordenação do prof. Souto Maior, é um documentário-denúncia, que mostra alguns dos efeitos nefastos da terceirização para os trabalhadores, notadamente no setor público, e o grave problema da perda de compromisso dos próprios entes públicos, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, com o respeito à Constituição, vez que esta, como dito, toma os direitos dos trabalhadores como fundamentais e não autoriza a terceirização no serviço público, ainda mais em atividades tipicamente



administrativas, cabendo deixar claro, em razão das confusões ideológicas do momento, que a prática inconstitucional da terceirização obteve impulso decisivo nos anos 90, como efeito do projeto neoliberal do governo do PSDB, mas que não foi obstado nos anos seguintes, como se vê, no documentário, o que demonstra que os problemas de moralidade, hoje na mira midiática, não são “privilégio” deste ou daquele governo, mas um dado endêmico do modelo de sociedade capitalista.

As perguntas que o documentário deixa em aberto são: se você soubesse o que acontece com os trabalhadores terceirizados, o que você faria? Não daria a menor importância?

E mais: estamos mesmo, todos nós, dispostos a fazer com que se cumpram os preceitos da Constituição Federal de 1988? Ou os interesses econômicos particulares, a busca de “status”, a afirmação das desigualdades, as conveniências políticas partidárias e as lógicas corporativas continuarão ditando nossos comportamentos?

Fato é que o tema da terceirização nos obriga a um posicionamento expresso, não deixando margem a dissimulações, dada a sua inevitável materialidade, que gera, no plano formal, uma afronta direta à Constituição, mesmo no que se refere às atividades empresariais na iniciativa privada, já que o projeto constitucional é o da valorização social do trabalho, a eliminação de todas as formas de discriminação, a elevação da condição social dos trabalhadores e a organização da economia seguindo os ditames da justiça social.

As imagens e relatos apresentados no documentário são irrefutáveis, servindo como um grande instrumento de luta para a defesa dos direitos da classe trabalhadora, além de se prestar a um questionamento crítico da sociedade como um todo e sobre o papel do Estado.

Assista o documentário em <http://www.viomundo.com.br/denuncias/documentario-denuncia-terceirizacao-facilita-desvio-de-recursos-publicos-e-precariza-condicoes-de-trabalho.html>.

Vale a pena ler

Livro: *O Panóptico Verde: a intervenção ambiental da Amazônia*

Autor: Luiz Fernando de Souza Santos

Editora: Valer

Nos tempos em que o autor desta bela obra, o Professor Luiz Fernando de Souza Santos realizava, como eu, pesquisas no Parque Nacional do Jaú (PNJ), em meio a tantos biólogos, perguntei a ele: Com que bicho você trabalha? “Bicho-homem” – respondeu.

Este pequeno arrebatamento em nada se compara ao que foi produzido pela leitura desta profunda e consistente obra que, com muito mais vigor, expõe a visão biologicista na qual se apoia a máquina panóptica para exercer seu biopoder. Nas páginas d’O Panóptico Verde, as estratégias ambientalistas que culminaram com a invenção do PNJ são desnudadas; sua base na Teoria dos Refúgios do Pleistoceno; a ambiguidade dos discursos de seus idealizadores quanto aos “moradores” do Parque; a construção do discurso sobre os grupos sociais locais (“ribeirinhos”, “moradores”, “população”); a busca por legitimidade das ações de “organização dos moradores do parque”, a emergência da máquina panóptica.

Luiz Fernando, ao identificar o reducionismo com que grupos sociais e suas especificidades são identificados pelos pesquisadores, situa-os na perspectiva de homem forjada pelo Iluminismo e/ou da antropologia do século 19 e suas ideias de “unidade entre homem e natureza”, de “natureza humana” e de “homem universal”.

É desse modo que os grupos sociais locais são, segundo o autor, “transformados em porcentagens, números, taxas”, de tal modo que seja possível atribuir a cada um deles um código a fim de inseri-los num banco de dados. Sob tais discursos, emerge sempre o homem universal e imutável, o “morador”, ainda quando se recorre a técnicas qualitativas, como as “metodologias participativas”.

Na gran finale d’O Panóptico Verde, encontra-se a engenhosa e brilhante analogia entre a sentença pronunciada por Dona Aparecida, da comunidade de Lázaro, - “Deus engana a gente” – com a figura do Deus Enganador de Descartes. A frase, dita para consolar uma jovem mãe por ocasião do falecimento de uma criança por doença simples e tratável (uma gripe), é tomada como um alerta contra o Deus Enganador do processo de ambientalização, do desenvolvimento sustentável que promove, 500 anos depois, novo apagamento de hábitos, costumes, histórias, crenças e nomes.

Num mundo no qual se dissemina perigosamente este salvacionismo de cunho ambientalista, “O Panóptico Verde” é uma obra necessária, urgente, leitura indispensável para desvelar ao bicho-homem a condição de mero Zé Colméia no Planeta Parque Yellowstone que a máquina panóptica busca assegurar.

Welton Oda é professor do Instituto de Ciências Biológicas da Ufam.



Dicas da web

Portal dispõe de obras da Coleção Educadores

O portal Domínio Público, do Ministério da Educação, disponibiliza gratuitamente 62 títulos da "Coleção Educadores". As obras são dirigidas aos professores da educação básica e às instituições de ensino superior que atuam na formação de docentes. Paulo Freire, Anísio Teixeira, Jean Piaget e Antônio Gramsci, dentre outros, fazem parte da coletânea. Integram a coleção 31 autores brasileiros,



30 pensadores estrangeiros e um livro com os manifestos Pioneiros da Educação Nova, escrito em 1932, e dos Educadores, de 1959. A biblioteca digital está disponível no endereço www.dominiopublico.gov.br.

Biblioteca Digital do Senado tem títulos raros

Não é fácil ter acesso a obras raras. Pensando nisso, a Biblioteca Digital do Senado (<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/>) deixa à disposição do leitor títulos como "Don Quixote: jornal ilustrado de Angelo Agostini", publicação de sátira política, editada e ilustrada em 1901 e que contou com a colaboração Dervival da Fonseca, Ramiz Galvão, Guimarães Passos, Olavo Bilac, Adriano de Abreu, Fontoura Xavier e Luís Guimarães Júnior. No portal estão revistas e livros raros e até manuscritos, a exemplo do Decreto de extinção da escravidão no Brasil. Acesse!



Comentários

Amazonaida Sá Peixoto Não preciso para entrar em greve da opinião da Reitora, do Consuni, do Diretor do Instituto e do chefe de Departamento. A greve é um Direito. A greve não foi julgada pela Justiça Federal, portanto não estou na ilegalidade. (sobre a campanha de apoio à greve lançada pela ADUA nas redes sociais)



Mayelen Rodrigues E tinha gente q se "gabava": ha não como no RU so la na FCA tudo a mesma coisa, podiam aproveitar e passar nos RU's de novo... (sobre a interdição da cantina da FCA, após a constatação de irregularidades sanitárias)



Rosivaldo Fonseca Moreira Fui Aluno do curso de Licenciatura Plena em História de 2004 a 2008, nesse período a UFAM foi minha primeira casa, pois passava mais tempo na Universidade do que na minha própria casa. Fui Bolsista, monitor, voluntário, pesquisador e hoje como professor da rede municipal me considero um reflexo do que meus mestres foram pra mim e agradeço sempre por isso. Essa luta também é minha (depoimento enviado à página Em Defesa da Ufam)



boas lições



MPF/AM obtém condenação de três mulheres por mensagens discriminatórias no Facebook

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) conseguiu na Justiça Federal a condenação de três mulheres acusadas de publicar mensagens preconceituosas e discriminatórias em relação ao Estado da Bahia, a cultura e o povo baiano, por meio da rede social Facebook.

Duas delas foram condenadas a um ano e quatro meses de prisão e pagamento de sete dias-multa. A outra denunciada recebeu pena de dois anos de prisão e pagamento de dez dias-multa, com base na Lei de Crime Racial (Lei 7716/89). As penas de prisão foram convertidas pela Justiça em prestação de serviços comunitários, na proporção de uma hora para cada dia de condenação. Cabe recurso em relação à sentença.

Na denúncia apresentada à Justiça Federal, o MPF/AM

atribuiu às três mulheres denunciadas a responsabilidade pela veiculação de mensagens na internet, por meio do Facebook, com ataques preconceituosos e racistas contra o Estado da Bahia, os baianos, a música regional do Estado e a cantora baiana Ivete Sangalo.

Para a Justiça, as cópias das telas de mensagens postadas pelas acusadas em seus perfis na rede social, os depoimentos de testemunhas à Justiça e polícia e ainda os documentos reunidos na denúncia comprovaram a autoria das mensagens que motivaram a ação penal. De acordo com o artigo 20 da Lei de Crime Racial, é crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, sendo considerado um agravante o uso de meios de comunicação ou publicação de qualquer

natureza para a veiculação de mensagem de cunho discriminatório.

Na sentença, a Justiça Federal reconheceu a ocorrência do crime de racismo e ressaltou a inexistência de dúvidas de que as denunciadas – uma economista, uma administradora de empresas e uma psicóloga – foram as autoras das mensagens publicadas à época do movimento grevista iniciado por policiais da Bahia, em fevereiro de 2014, próximo ao Carnaval. "O próprio vocabulário utilizado pelas denunciadas em seus depoimentos deixa claro cuidarem-se de pessoas com educação suficiente para entender o caráter ilícito de sua conduta", reforça trecho da sentença.

A ação penal tramita na 2ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 3150-36.2014.4.01.3200.